



Número: **8000795-68.2021.8.05.0081**

Classe: **AÇÃO POPULAR**

Órgão julgador: **1ª V DOS FEITOS RELATIVOS ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS, COMERCIAIS DE FORMOSA DO RIO PRETO**

Última distribuição : **11/11/2021**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Assistência Social, Abuso de Poder**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ROBERTO CORREIA DE ANDRADE (AUTOR)	RONEY OLIVEIRA DE ARAUJO (ADVOGADO) WALTECIO VIANA VELAME registrado(a) civilmente como WALTECIO VIANA VELAME (ADVOGADO)
JOSE ANTONIO BARBOSA DE BARROS (AUTOR)	RONEY OLIVEIRA DE ARAUJO (ADVOGADO) WALTECIO VIANA VELAME registrado(a) civilmente como WALTECIO VIANA VELAME (ADVOGADO)
LUCIMAGNO NOGUEIRA DA SILVA (AUTOR)	RONEY OLIVEIRA DE ARAUJO (ADVOGADO) WALTECIO VIANA VELAME registrado(a) civilmente como WALTECIO VIANA VELAME (ADVOGADO)
MARIA ROSITA AZEVEDO DE ARAUJO (AUTOR)	RONEY OLIVEIRA DE ARAUJO (ADVOGADO) WALTECIO VIANA VELAME registrado(a) civilmente como WALTECIO VIANA VELAME (ADVOGADO)
MANUELA FERNANDES DA ROCHA (AUTOR)	RONEY OLIVEIRA DE ARAUJO (ADVOGADO) WALTECIO VIANA VELAME registrado(a) civilmente como WALTECIO VIANA VELAME (ADVOGADO)
MANOEL AFONSO DE ARAUJO (REU)	
LUCIANE CRISTINA BRANDAO DE ARAUJO (REU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
156860176	11/11/2021 18:29	Petição Inicial	Petição Inicial
156860180	11/11/2021 18:29	1-PETIÇÃO INICIAL - AÇÃO POPULAR	Petição
156860182	11/11/2021 18:29	2- PROCURAÇÃO AD JUDICIA	Procuração
156860187	11/11/2021 18:29	3- Lei-Organica-Municipal	Documento de Comprovação
156860189	11/11/2021 18:29	3-I- Regimento-Interno-Camara-Municipal	Documento de Comprovação
156862337	11/11/2021 18:29	4- LEI MUNICIPAL Nº 226-2019 - INSTITUI O BOLSA FAMILIA MUNICIPAL - PARTE 1	Documento de Comprovação
156862341	11/11/2021 18:29	4- LEI MUNICIPAL Nº 226-2019 - INSTITUI O BOLSA FAMILIA MUNICIPAL - PARTE 2	Documento de Comprovação
156862347	11/11/2021 18:29	4-I- LISTA COMPLETA DOS BENEFICIARIOS - BOLSA FAMILIA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO-PARTE 1	Documento de Comprovação

15686 2352	11/11/2021 18:29	4-I- LISTA COMPLETA DOS BENEFICIARIOS - BOLSA FAMILIA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO-PARTE 2	Documento de Comprovação
15686 2356	11/11/2021 18:29	4-II- PORTARIA Nº 159-2019 DE CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO BOLSA FAMÍLIA MUNICIPAL DE FORMOSA DO	Documento de Comprovação
15686 2959	11/11/2021 18:29	4-III - OFÍCIO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Documento de Comprovação

SEGUE EM ANEXOS, A PETIÇÃO INICIAL E OS DOCUMENTOS PROBATÓRIOS.



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE JURISDIÇÃO PLENA DE FORMOSA DO RIO PRETO, ESTADO DA BAHIA.

PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA

ROBERTO CORREIA DE ANDRADE, brasileiro, vereador, casado, portador do CPF nº 006.104.235-84, RG 2137012, SSP/DF, título de eleitor nº 096476660540, telefone (77) 99834-6311 (watsapp), com endereço na Rua Eliezer Rabelo Santiago, nº 265, Bairro Pirajá, CEP 47.990-000, Formosa do Rio Preto-Bahia, **JOSÉ ANTÔNIO BARBOSA DE BARROS**, brasileiro, vereador, casado, portador do CPF:808749671-04, RG:1665662 SSP/DF., título de eleitor nº 086906900590, telefone (77) 99960-3839 (watsapp), residente e domiciliado na Avenida Novo Horizonte número, 1615, Bairro: Santa Helena, CEP 47.990-000, Formosa do Rio Preto-Bahia, **LUCIMAGNO NOGUEIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, vereador, portador do CPF nº 663.413.021-34, título de eleitor nº 062555600507, telefone (77) 99901-6004, com endereço na AVENIDA POMPILIO MENDES, 2135, SANTA HELENA, , CEP 47.990-000, Formosa do Rio Preto-Bahia, **MARIA ROSITA AZEVEDO DE ARAÚJO**, brasileira, casada, Vereadora pelo PP, Maria Rosita Azevedo de Araújo, portadora do RG: 01797126-83, do CPF: 282.075.135-00, do Título Eleitoral: 068206830566, telefone (77) 99974-4149, residente à Rua Casimiro Soares de Magalhães 1.765, Bairro Santana, Formosa do Rio Preto-Bahia e **MANUELA FERNANDES DA ROCHA**, brasileira, vereadora pelo DEM, união estável, Manuela Fernandes da Rocha, RG nº 063.796.180-3, SSP- BA, CPF 892.241.405-72, telefone (77) 99957-7901, residente e domiciliada na Rua Benedito Araújo, 1880, Santa Helena, Formosa do Rio Preto, CEP 47.990-000, todos na condição de cidadãos e vereadores deste município, veem, por seus procuradores signatários conforme instrumento de procuração anexo, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal de 1988, c/c, artigo 1º da Lei nº 4.717 de 1965 propor

AÇÃO POPULAR COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Em face do **MUNICÍPIO DE FORMOSA DO RIO PRETO-BA**, na pessoa do Prefeito Municipal **Manoel Afonso de Araújo**, brasileiro, casado, advogado/Prefeito, portador do CPF: 137.632.105-04, telefone (77) 99961-0033 (watsapp), e na pessoa da Secretária Municipal de Assistência Social a Sra. **Luciane Cristina Brandão de Araújo**, portadora do CPF: 442.836.875-53, ambos residentes e domiciliados na Rua Sete de Setembro, nº 1210, centro, nesta cidade, representados judicialmente pela Procuradoria Geral do Município, pelas seguintes razões de fato e de direito a seguir aduzidas.



I- DOS FATOS

O prefeito de Formosa do Rio Preto-BA, o Sr. **Manoel Afonso de Araújo** (PSD), tomou posse no dia 01 de janeiro de 2021, comprometendo-se cumprir todas as Leis da federação, inclusive fazendo o seguinte juramento, conforme consta na **RESOLUÇÃO Nº 06, DE 28 DE JUNHO DE 2006**, do município de Formosa do Rio Preto, na SEÇÃO IV, **Da Posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, Art. 33**. Após a posse dos Vereadores e da Mesa, o Presidente da Câmara anunciará a posse do Prefeito e Vice-Prefeito, procedendo, com a ajuda do Secretário, a verificação da autenticidade dos Diplomas expedidos pela Justiça Eleitoral e a conferência das Declarações de Bens dos eleitos. Como também no **Art. 34**. Logo após, proceder-se-á o seguinte juramento, que será conduzido pelo Presidente da Câmara e repetido pelo Prefeito e Vice-Prefeito eleitos: “PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, AS DEMAIS LEIS E EXERCER O MANDATO QUE ME FOI CONFERIDO PELO POVO DE FORMOSA DO RIO PRETO, TRABALHANDO PARA O PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DO NOSSO MUNICÍPIO”.

Assim também, compromisso elencado na Lei Orgânica do Município, com fulcro no **Art. 64**. O Prefeito e o Vice-Prefeito que residirão obrigatoriamente na sede do Município, tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição em sessão da Câmara Municipal, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as leis da União, do Estado e do Município, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade.

Ademais, o aludido prefeito, juntamente com a primeira Dama **Luciane Brandão de Araújo**, ora nomeada Secretária Municipal de Assistência Social, deste pretérito município, ao assumir a sublime missão, apesar de constar no PPA-Plano Plurianual, bem como na LOA-Lei Orçamentária Anual/2020, ou seja, contido no orçamento municipal no ano 2020, para o ano 2021, **RESOLVEU** ao bel prazer mediante capricho de politicagem baixa, **CORTAR OU SUSPENDER ATÉ HÁ MAIS DE 10 (DEZ) MESES, O PROGRAMA “BOLSA FAMÍLIA MUNICIPAL**, instituído pela Lei Municipal nº 226, de 18 de julho de 2019, programa social este **permanente** e em efetivo funcionamento de repasse de renda até o dia 31/12/2020, ademais, a referida lei que o instituiu encontra-se em vigor em uso, porém, sem o repasse, nesta ocasião Excelência, o povo deste rincão município do Vale do Rio Preto, ainda carece muito do apoio do Poder Executivo, sobretudo, na questão social.

Neste ínterim, é de conhecimento público e notório, que este grandioso município, tem uma renda (repasse) mensal em média de 12.000.000,00 (doze milhões/mês), também de conhecimento público que, mediante a necessidade fundamental dos gastos pela gestão municipal atual, necessário se



faz, atender as demandas ora suscitadas, principalmente, no que tange o cumprimento das Leis Municipais.

Para tanto, o Programa Social “**Bolsa Família Municipal**”, instituído pela Lei Municipal nº 226/2019, merece e deve ser matéria de tutela de urgência, vez que 766 (setecentos e sessenta e seis famílias), que recebiam o repasse, desde janeiro do corrente ano, passou a não mais receberem, o que é a mais lúdima justiça, a determinação do programa social que é direito do povo e não programa social do prefeito ou da primeira dama.

É de inteiro entendimento por todos, que conforme os princípios legais, uma lei só poderá ser revogada por outra lei, o que de fato não aconteceu.

Na tentativa administrativa de retornar o benefício social, ora materializado, os edis que ora peticionam, solicitou explicação à Gestão do Poder executivo municipal, o motivo do corte do referido programa, conforme Requerimento nº 02/2021, aprovado pelo Plenário desta Casa Municipal de Leis, que requereu esclarecimentos formalizados, o porquê foi suspenso/cortado o “Programa Bolsa Família Municipal”, de forma arredia, sem justificativa plausível.

A Secretária Municipal de Assistência Social, através da Secretária Municipal de Assistência Social, a Sra. **Luciane Brandão de Araújo**, respondeu através do ofício SMAS nº 182/2021, justificando que “**parou de repassar os valores às famílias carentes deste município, por causa de irregularidades no programa**” tais como: “cadastros irregulares, ausência de Portaria de Nomeação do Conselho da Bolsa Família Municipal”. Conforme cópia do referido ofício anexado, juntamente com a Lei municipal vigente.

Ora Vossa Excelência, tais justificativas proferidas pela Secretária Municipal de Assistência Social, à Senhora **Luciane Cristina Brandão de Araújo, (esposa do Prefeito)**, são totalmente **descabíveis e infundadas**, vez que, já se passaram mais de 10 (dez meses) de mandato, ainda não fora regularizado tal programa social, isso mostra que a administração municipal atual, está com soberba e desobedecendo a norma municipal, conforme demonstra a Lei nº 226/2019 (Lei que institui o Bolsa Família Municipal), o que nada justifica a suspensão/corte do aludido programa, pois a **Comissão do Conselho Municipal do Bolsa Família**, foi formada pela Portaria nº 159/2019, conforme está às claras anexada nesta exordial, afinal, estas pessoas deste Conselho, ainda não faleceram e residem neste município, o que demonstra serem **JUSTIFICATIVAS TOTALMENTE VAZIAS E DESCABÍVEIS**, ademais, os cadastros dos beneficiados, conforme lista em anexo já estão atualizadas, o que de fato e de direito, nada justifica a suspensão do programa, pois a realidade atual, das condições financeiras das pessoas neste município são precárias, principalmente por causa da PANDEMIA (Covid 19), que o mundo está passando.

Afinal, uma Lei só pode ser extinta por outra Lei, o que não ocorreu, sequer caiu em desuso tal norma municipal vigente ora referida.



Paralelamente, o prefeito municipal criou um programa de **auxílio emergencial temporário**, no município por 3 (três) meses, que também é plausível, contudo, **difere** do “**Bolsa Família Municipal**”, que é um **programa permanente**. Assim, fica-se a imaginar se o Presidente da República resolvesse acabar com o “Bolsa Família Federal” ao seu prazer...como foi feito no município de Formosa do Rio Preto-BA, **SUSPENDEU/CORTOU O REPASSE DO BENEFÍCIO SOCIAL MUNICIPAL DO “BOLSA FAMÍLIA MUNICIPAL” ÀS 766 (SETECENTOS E SESSENTA E SEIS) PESSOAS QUE SÃO BENEFICIADAS ATRAVÉS DO PROGRAMA SOCIAL CITADO, CRIADO E INSTITUÍDO PELO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO RIO PRETO-BAHIA**, conforme lista dos beneficiados em anexo, assim, mister se faz desrespeito às leis municipais e correlatas.

O que se observa Senhor(a) Juiz(a), que de fato e de direito, o Poder Executivo Municipal não está cumprindo a determinação da Carta Magna, que preceitua a independência dos poderes, pois os Vereadores, além de aprovar Leis, possui a função típica de fiscalizar o Poder Executivo.

Portanto, se já existe uma Lei Municipal aprovada, promulgada e publicada, em efetivo uso, o programa “**BOLSA FAMÍLIA MUNICIPAL**”, com repasse no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), para 766 (setecentos e sessenta e seis) famílias beneficiadas, que encontrava-se funcionando efetivamente até 31 de dezembro de 2020, não há porque a gestão municipal atual, suspender (cortar) o programa já citado, o que requer o **RETORNO URGENTE** do efetivo funcionamento/repasse do Programa Social do “Bolsa Família Municipal” às famílias mais carentes do nosso município, conforme lista dos beneficiários em anexo, ou lista atualizada, conforme requisitos impostos pela norma específica e vigorante.

A atitude do Prefeito atenta ainda contra os artigos 5º da Constituição Federal, especialmente no que toca aos princípios da legalidade, moralidade administrativa e da eficiência, o que está explicitado no corpo desta peça e seus anexos.

II- PRELIMINAR

a) DA LEGITIMIDADE ATIVA

A ação popular é um instrumento constitucional à disposição do cidadão contra quaisquer atos revestidos de caráter ilegal e lesivo ao patrimônio público, que encontra amparo na Lei nº 4.717/65 e no artigo 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal de 1988, in verbis:

Art. 5º (...) LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, **à moralidade administrativa**, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.



Vê-se que a Constituição de 1988 conferiu especial importância à ação popular, tornando-a um instrumento jurídico disponível a qualquer cidadão para exercer sua cidadania e buscar a guarida do Poder Judiciário, com vias a proteger o Estado contra atos atentatórios cometidos pelos seus próprios agentes, aos quais é legítimo governar apenas a partir dos ditames e nos limites constitucionais e legais. Assim, a importância da ação popular se revela através da participação dos cidadãos nos destinos da coisa pública, facultando-lhes agir como um fiscal em favor do bem comum e da comunidade.

E mais, no presente caso, trata-se de Ação Popular interposta por Vereador deste município a quem cabe, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Formosa do Rio Preto-BA, fiscalizar a administração direta e indireta, senão vejamos:

“Art. 30- Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: XI- fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.”

Logo, regimento interno...

CAPÍTULO I

Das Funções da Câmara

“**Art. 1º.** A Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto é o poder Legislativo do Município, composto de Vereadores eleitos na forma da legislação vigente.

Art. 2º. A Câmara Municipal tem funções institucional, legislativa, de fiscalização financeira, de controle externo do Executivo, de julgamento político administrativo e ético, de assessoramento, além de outras permitidas em lei e reguladas neste Regimento Interno, desempenhando ainda atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna”.

Desta feita, comprovada a condição de cidadão em pleno gozo dos direitos políticos, inclusive em exercício de mandato eletivo, não há dúvidas a respeito da legitimidade ativa.

b) DA LEGITIMIDADE PASSIVA

A ação popular conforme se depreende do inciso LXXII, artigo 5º da Constituição Federal supra citado pode ser proposta para anular ato lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa entre outros. No presente caso como já apontado na presente peça, o Sr. Prefeito Municipal, está a descumprir legislação municipal, como se não existisse o Poder Legislativo neste município, desde o mês de janeiro do corrente ano, conforme documentos acostados nos autos.



Portanto, o Prefeito Municipal Manoel Afonso de Araújo e a Sra. Secretária Municipal de Assistência Social de Formosa do Rio Preto-Bahia, deverão integrar o polo passivo do presente feito.

c) DA COMPETÊNCIA

A ação popular contra Prefeito Municipal é de competência da Vara da Fazenda Pública de Formosa do Rio Preto-BA, neste caso, sendo Comarca de jurisdição plena, cabível ao Juiz da Vara Cível, nos termos do art. 5º da Lei nº 4.717/65.

d) DO CABIMENTO DA AÇÃO

O inciso LXXIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 define que:

“Art 5º, LXXIII, CF – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à **moralidade administrativa**, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência”

A **moralidade administrativa** é o princípio que impõe aos agentes públicos a **atuação ética e honesta na gestão** da coisa pública. Não basta que o administrador público atue segundo a Lei; além disso, ele deve agir segundo os princípios da probidade e boa-fé. Assim, é perfeitamente possível que um ato administrativo esteja em conformidade com a lei, mas contrarie o princípio da moralidade, podendo, então, ser anulado.

Ora, a **moralidade administrativa é desrespeitada sempre que são violados quaisquer dos princípios da administração pública, como se sabe**. E esses princípios são definidos pela Carta Magna, mais precisamente em seu artigo 37, conforme já sustentado.

Além disso, a ação popular também está relacionada ao direito à boa administração pública, que, apesar de não estar disposto de forma expressa na legislação brasileira, pode ser extraído dos princípios da “moralidade” e da “eficiência” da administração pública, constantes no artigo 37 da própria Constituição Federal de 1988. A partir da possibilidade de provocação do Judiciário pelo cidadão comum para ver cumpridas as obrigações do Estado e preservados os interesses coletivos e o patrimônio público, estabelece-se um regime que permite a exigência imediata daquilo que seria dever de todos.

Portanto, com a ação popular, o cidadão, além do mais os edis, que além de cidadãos, são os legítimos representantes do povo, age como verdadeiro fiscal dos atos praticados pelos seus governantes, impedindo medidas que possam causar ou estejam causando danos à toda a sociedade.

III-DO MÉRITO



O prefeito de Formosa do Rio Preto-BA, Manoel Afonso de Araújo (PSD), deixou de cumprir lei municipal, em período da maior pandemia mundial, em meio a uma crise econômica, portanto, efetivamente não está a cumprir, conforme ofício emitido pela Secretária de Assistência Social, com informações inverídicas, incabíveis e infundadas, conforme comprovação demonstra-se em documentos anexos.

Pois bem. Estamos passando por uma grave pandemia mundial de corona vírus-COVID-19, que chegou ao Brasil em fevereiro de 2020. Desde então, em todo o mundo, o referido vírus e suas consequências vem sendo objeto de pesquisa no mundo todo. Assim, os administradores, em sua atuação na prevenção e combate a pandemia, devem agir de acordo com a direção dada pela ciência. Ao passo que a crise assolada também em nosso município, requer total atenção dos poderes públicos, principalmente nos cumprimentos das leis.

Sob o prisma, **é inconteste o dano causado à sociedade, decorrente da suspensão tácita de repasse de benefício social permanente, instituído por lei, qual seja, o não pagamento da parcela do Bolsa Família Municipal, sendo evidente, pois, a malversação de verbas orçamentárias.**

Com total desrespeito aos requisitos formais, a atitude do governo Municipal não se presta para a cumprimento do direito adequado ao cidadão formosense, previsto na da CF/88, contido no seu Art. 1º. A **assistência social, direito** do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade **Social** não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. O direito à saúde, a assistência social da população, com a violação dos princípios da eficiência (onde também encontra guarida a necessidade de atenção baseada em evidências nas políticas públicas) e da legalidade, violando os preceitos legais.

A **Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8742)** assegura que a **assistência social** deve ser direito do cidadão e dever do Estado, sendo uma Política de Seguridade **Social** não contributiva. Com ela, as necessidades básicas são obrigatórias e funcionam sob o auxílio da iniciativa pública e da sociedade.

Por fim, cabe ressaltar que, deste modo, é urgente o deferimento da medida antecipatória ora requerida para impedir que sejam perpetuados os danos à população formosense, mediante desgoverno com o erário, decorrentes do descumprimento legal sem comprovação cabível, pedido que deverá ser apreciado à luz do art. 1º, III, art. 5º, caput, art. 6º, art. 37, caput e §4º, art. 70, art. 196 e art. 198, todos da Constituição Federal.

IV-DA LIMINAR/TUTELA DE URGÊNCIA



Dessa feita, requer a **concessão de liminar**, conforme, ou de tutela provisória antecipada, a teor do art. 294, parágrafo único da Lei nº 13.105/15 (CPC), para que **seja determinado ao Sr. Prefeito Municipal** que requer o **RETORNO URGENTE** do efetivo funcionamento/repasso do Programa Social do “Bolsa Família Municipal” às famílias mais carentes do município de Formosa do Rio Preto-Bahia, conforme legislação municipal, seja **determinada, imediatamente e inaudita altera pars, que o Sr. Prefeito Municipal, inicie o pagamento/repasso no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de 10 mil por dia**. Pois, o povo carente pede socorro, eis o prejuízo na demora, bem como o direito que assiste os mais necessitados.

O que de fato e de direito, merece guarida, determinar o pagamento **retroativo desde 01 de janeiro de 2021**, aos beneficiados do PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA MUNICIPAL do município de Formosa do Rio Preto-Bahia, sendo medida de justiça, vez que desde janeiro do corrente ano não receberam o benefício que é de direito, fundamentado em Lei Municipal, assim sendo, requer o pagamento imediato como medida de urgência, devendo ser decidido liminarmente.

Presentes estão os requisitos para a concessão da referida medida cautelar, estando flagrantos o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* conforme se demonstra a seguir.

A tutela de urgência poderá ser concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano, conforme redação do caput e do §2º do art. 300 do Código de Processo Civil.

A probabilidade do direito resta evidenciada em razão de toda a fundamentação da presente Ação Popular.

O *periculum in mora*, por sua vez, como não poderia deixar de ser, advém dos graves e irreversíveis danos à população decorrentes da falta de condições financeiras, pois já havia por certo mensalmente o valor de repasse, sendo cortado sem justificativa alguma.

A não concessão da liminar pleiteada trará efeitos nocivos aos cidadãos formosenses, que já sofrem prejuízo desde o mês de janeiro do corrente ano, com difícil ou impossível reparação.

Destarte, uma vez presente os requisitos legais, faz jus à concessão da medida liminar ou de tutela provisória de urgência para que Sr. Prefeito Municipal que faça realizar o repasse dos valores do programa bolsa família municipal, instituído por lei municipal e obedecendo todos os requisitos constitucionais, inclusive, a determinação para que haja o repasse do mês atual, bem como dos meses atrasados, desde janeiro do corrente ano.

Assim, Vossa Excelência estará realizando a mais lúdima justiça, as pessoas carentes do município Formosa do Rio Preto-Bahia, vez que o município tem orçamento suficiente para sanar tal demanda.

V- DOS PEDIDOS



Ante o exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) O deferimento dos benefícios da **justiça gratuita**;
- b) Seja determinada, imediatamente LIMINARMENTE, *inaudita altera pars*, que **seja determinado ao Sr. Prefeito Municipal o RETORNO URGENTE** do efetivo funcionamento/repasse do Programa Social do “Bolsa Família Municipal” às famílias mais carentes do município de Formosa do Rio Preto-Bahia, conforme legislação municipal, bem como determinar o pagamento retroativo aos beneficiados do referido programa social, sendo medida de justiça, vez que desde janeiro do corrente ano não receberam o benefício que é de direito, fundamentado em Lei municipal, assim sendo, requer o pagamento imediato como medida de urgência, devendo ser decidido liminarmente;
- b) No mérito, ao final, que seja confirmada a tutela de urgência, tornando-a definitiva mediante a total procedência dos pedidos da presente ação;
- c) seja citada a parte requerida, para apresentar resposta no prazo legal, sob pena de revelia, nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil;
- d) Seja intimado o ilustre representante do Ministério Público, para, nos termos do ARTIGO 6º, § 4º DA Lei 4717/65, acompanhar a ação;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova, em especial a testemunhal e documental, bem como todas aquelas necessárias à obtenção da justiça.

Requer, por fim, a isenção de custas processuais e ônus processuais, nos termos do que prescreve o artigo 5º, inciso LXXII, da Constituição Federal, bem como a condenação do réu aos ônus de sucumbência, nos termos do art. 132 da Lei 4717/1965.

Dá-se a causa o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Nestes termos,

pede deferimento.



Formosa do Rio Preto-Bahia, 11 de novembro de 2021.

Roney Oliveira de Araújo
OAB/BA n.º 54.296

Waltécio Viana Velame
OAB/TO n.º 8.337

Assinado digitalmente

